



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570272 - PR (2020/0078809-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : EDILSON APARECIDO GOES
ADVOGADO : EDILSON APARECIDO GOES - PR074018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JEFERSON BRUNO CORDEIRO (PRESO)
CORRÉU : JEFERSON DE SOUZA GOMES
CORRÉU : RUHANN OTAVIO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de JEFERSON BRUNO CORDEIRO apontando-se como autoridade coatora o Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Segundo consta da inicial, o paciente foi preso cautelarmente no dia 25/2/2020, e denunciado pela suposta prática dos crimes descritos no art. 155, §4º, I e IV, c/c o art. 14, II, art. 180, art. 330 e art. 311, todos do CPB (e-STJ fl. 350).

Na presente oportunidade, a defesa alega não haver a demonstração da efetiva necessidade da prisão preventiva do paciente, apenas elementos indicativos de autoria e materialidade do crime.

Sustenta, outrossim, não haver motivação suficiente para a prisão preventiva do paciente, com base nas hipóteses excepcionais previstas no art. 312 do CPP, asseverando que o acusado não oferece risco à ordem pública caso retorne à liberdade.

Argumenta que a própria magistrada teria pontuado que o crime é de baixa gravidade e que o Ministério Público também teria apresentado parecer favorável pela revogação da medida extrema, inclusive no último dia 24/3/2020 teria novamente se manifestado favoravelmente à liberdade do paciente, em razão dos riscos de contaminação pelo corona vírus (e-STJ fls. 18/19).

No mais, ressalta o risco de contaminação do paciente pela epidemia que se alastra com a disseminação do coronavírus, apresentando, em abono aos seus argumentos, a Recomendação n. 62 do CNJ, sobretudo porque os crimes a ele imputados

não teriam sido praticados com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa, de modo que a prisão deve ser reavaliada nos termos da mencionada Recomendação.

Diante do exposto, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para restituir a liberdade ao paciente, com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **Decido.**

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, "uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do *habeas corpus* constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental" (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet*, "longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido" (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016,

Em suma, "para conferir maior celeridade aos *habeas corpus* e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do *writ* antes da ouvida do *Parquet* em casos de jurisprudência pacífica" (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

Alem disso, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar".

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer

ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, porém, ser a hipótese dos autos.

Colhe-se da decisão de primeiro grau a seguinte fundamentação para a prisão preventiva (e-STJ fls. 269/270):

As penas privativas de liberdade cominadas aos delitos, em especial se somadas, supera a marca dos 4 (quatro) anos.

Preenchida, então, a exigência do art. 313, I, do CPP. Há prova da materialidade, como se vê no auto de apreensão, e indícios suficientes de autoria, em razão das circunstâncias em que se efetuou a prisão e das declarações prestadas pelos agentes que a realizaram.

Por isso, perfeitamente satisfeito o disposto no art. 312, caput, parte final, do CPP.

No que tange à primeira parte do mesmo dispositivo (art. 312, caput, do CPP), destaca-se a garantia da ordem pública.

O autuado, embora tecnicamente primário, possui inúmeras anotações criminais, em especial por delitos patrimoniais. Está, inclusive, em gozo de liberdade provisória. Não chegou, então, nessa lida por agora, o que sugere que faz do crime meio de vida, em evidente prejuízo à tranquilidade social.

Por oportuno, diga-se que, apesar da autuação por apenas receptação, verificou-se, em tese, também, um delito de tentativa de furto qualificado, em concurso material, de modo que, a rigor, a concessão de fiança pela autoridade policial não era cabível (art. 322 do CPP). Em complemento, embora isto seja subjetivo, o art. 324, IV, do CPP também não a recomendava.

Cassa-se, pois, a fiança concedida (art. 338 do CPP).

Por fim, diante de tudo o que se colocou, fica claro que, num juízo de necessidade e de adequação (art. 282, I e II, do CPP), não se tem lugar à concessão de quaisquer medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP). Todas se mostrariam inócuas e incapazes de garantir a ordem pública

Disse o Relator da ação originária ao negar o pedido liminar (e-STJ fls. 9/10):

NÃO SE VISLUMBRA A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA LIMINAR DO PEDIDO, POIS, EM COGNIÇÃO SUMÁRIA PERTINENTE A ESTE MOMENTO PROCESSUAL, NÃO VERIFICO, DE PLANO, A EXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO, UMA VEZ QUE A DECISÃO ORA GUERREADA SE ENCONTRA FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS IDÔNEOS A MANTER A PRISÃO DO PACIENTE PREVENTIVAMENTE. VISLUMBRA-SE QUE A DECISÃO GUERREADA INDEFERIU O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA E A SUBSTITUIÇÃO PELA PRISÃO DOMICILIAR, EM VIRTUDE DE O PACIENTE NÃO CUMPRIR OS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, FUNDAMENTANDO O INDEFERIMENTO NA MANUTENÇÃO DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EM QUE PESE AS ALEGAÇÕES DO IMPETRANTE, RELATIVAS À AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR, NOTA-SE QUE O EXTRATO DO SISTEMA ORÁCULO (MOV.22.5) DEMONSTRA QUE O PACIENTE POSSUI DIVERSAS AÇÕES CONTRA SI EM ANDAMENTO, ALÉM DE CONDENAÇÃO À PENA DE 2 ANOS E 5 MESES PELO CRIME DE

FURTO QUALIFICADO, A SER CUMPRIDA EM REGIME ABERTO. IMPORTANTE RESSALTAR QUE A SENTENÇA CONDENATÓRIA FOI PUBLICADA EM 26/09/2019. NO ENTANTO, JÁ NO DIA 11/02/2020 O APENADO FOI PRESO EM FLAGRANTE PELA PRÁTICA DO CRIME DE RECEPÇÃO (MOV.1.1 AÇÃO PRINCIPAL), O QUE DEMONSTRA QUE O PACIENTE NÃO CESSOU A PRÁTICA DELITIVA QUANDO POSTO EM LIBERDADE, E QUE POR SI SÓ JUSTIFICA O CUMPRIMENTO DO REQUISITO DE MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 312 DO CPP. SALIENTO QUE, APESAR DE A PENA COMINADA AO CRIME DE RECEPÇÃO NÃO ULTRAPASSAR A MARCA DOS 4(QUATRO) ANOS, O AUTUADO É REINCENTE (ART. 313, II, DO CPP). HÁ PROVA DA MATERIALIDADE, COMO SE VÊ NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (MOV.1.1), NO AUTO DE APREENSÃO (MOV.1.7) E NO AUTO DE AVALIAÇÃO (MOV.1.25), E INDÍCIOS DE AUTORIA, DE ACORDO DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE EFETUADA A PRISÃO E DAS DECLARAÇÕES DAS TESTEMUNHAS. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE, CONFORME MP Nº 2.200-2/2001, LEI Nº 11.419/2006, RESOLUÇÃO DO PROJUDI, DO TJPR/OEVALIDAÇÃO DESTE EM [HTTPS://PROJUDI.TJPR.JUS.BR/PROJUDI/-IDENTIFICADOR: PJXLNRQQ7TZ37A3N8A8RPROJUDI-RECURSO:0015310-30.2020.8.16.0000-REF. MOV.4.1-ASSINADO DIGITALMENTE POR LUCIANE](https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/-/identificador:PJXLNRQQ7TZ37A3N8A8RPROJUDI-RECURSO:0015310-30.2020.8.16.0000-REF. MOV.4.1-ASSINADO DIGITALMENTE POR LUCIANE)

BORTOLETO:993028/03/2020:PEDIDONÃOCONCEDIDO.ARQ:INDEFERIMENTO DA LIMINAR POR TODO O DISPOSTO, INEXISTEM RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM A REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA, EIS QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PARA MANUTENÇÃO DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, EVITANDO A REITERAÇÃO DO DELITO. POR FIM, OPORTUNO PONDERAR QUE NÃO SE IGNORA OS RECENTES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E AS DRÁSTICAS IMPLICAÇÕES QUE PODERÁ TRAZER AO SISTEMA CARCERÁRIO. NO ENTANTO, HÁ QUE SE PONDERAR QUE A COLOCAÇÃO DOS ENCARCERADOS EM PRISÃO DOMICILIAR OU APLICAR QUALQUER OUTRA MEDIDA CAUTELAR NÃO É MEDIDA AUTOMÁTICA, E DEVE SER ANALISADA CASO A CASO. NOTE-SE QUE A SUPREMA CORTE, AO REVOGAR LIMINAR CONCEDIDA PELO MINISTRO MARCO AURÉLIO MELLO, NO BOJO DOS AUTOS DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 347/DF, ENTENDEU QUE AS SITUAÇÕES DE RISCO RELATIVAS AO NOVO CORONAVÍRUS DEVEM SER SOPESADAS INDIVIDUALMENTE PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. QUANTO AO PERIGO DE CONTÁGIO DA PACIENTE POR COVID-19, CASO PERMANEÇA INSERIDA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL, NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA ATENDIMENTO EM PLANTÃO, SEJA PELO FATO DA RECOMENDAÇÃO 62/20 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NÃO SER DE APLICAÇÃO AUTOMÁTICA E EXIGIR ANÁLISE INDIVIDUAL, SEJA PELA EXISTÊNCIA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO JÁ ADOTADAS PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS - DECRETO ESTADUAL 4.320/2020 E RESOLUÇÃO 064/2020 DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - OU, AINDA, PELA INEXISTÊNCIA DE NOTÍCIA DE CONTÁGIO NAS UNIDADES CARCERÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. POR TODO O DISPOSTO, É DE RIGOR A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, EM VIRTUDE DE MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, FUNDAMENTADA NA ANÁLISE DOS ANTECEDENTES CRIMINAIS E REINCENTE EM CRIMES DE CUNHO PATRIMONIAIS, PELO QUE INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR. CURITIBA, 27 DE MARÇO DE

Não se desconhece que as anotações criminais podem servir para justificar a prisão preventiva, desde que **demonstrada a imprescindibilidade da medida** e a impossibilidade de conter o risco à ordem pública por meio de outras medidas cautelares mais brandas.

A propósito, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nem mesmo a condenação em outro processo por crime idêntico, por si só, pode ser considerado motivo suficiente para a prisão preventiva.

Nesse sentido:

"É ilegal o decreto de prisão preventiva que, a título de necessidade de garantia da ordem pública, se baseia no só fato de o réu já ter sido condenado, em primeiro grau, noutro processo, por delito igual ao que lhe é imputado." (STF, HC 87.717, rel. min. Cezar Peluso, j. 3-4-2007, 2ª T, DJ de 8-6-2007.)

Assim, "[a] prisão preventiva somente se justifica na hipótese de impossibilidade que, por instrumento menos gravoso, seja alcançado idêntico resultado acautelatório. [...]. (HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 04/08/2015, publicado em 28/8/2015).

No caso, embora o paciente ostente outros registros criminais por crimes contra o patrimônio, dado indicativo de possível reiteração criminosa, é certo que **os delitos imputados não se revestem de gravidade excepcional, não foram praticados com violência ou grave ameaça**, sendo, portanto, perfeitamente cabível a aplicação de outras medidas mais brandas, como as previstas no art. 319 do CPP.

Em reforço, destaco a conclusão do promotor de Justiça, em sua última manifestação, de 6/3/2020, reconhecendo ser suficiente, para o caso em exame, as medidas cautelares (e-STJ fl. 500):

No caso em tela, não há nada que indique que a aplicação da lei penal será comprometida com a substituição da prisão cautelar por medida dentre as do artigo 319 do CPP. Tampouco há dados concreto sque indiquem que o requerente, se solto, frustrará os fins de aplicação da lei penal. Presumir que o réu, primário, solto, fugirá ou voltará a cometer outros delitos é fundamentar a prisão preventiva em previsões futuristas sem apego à realidade dos fatos.

Nem se alegue, como costumeiramente se faz, que as medidas alternativas são ineficientes. Se assim o são, cabe ao juízo torná-las efetivas e não converter uma norma em letra morta, em prejuízo de quem a espera cumprida. Existem inúmeras possibilidades de saber se as medidas estão sendo cumpridas e,

caso se note que não resultam exitosas ao fim destinado, nada impede que sejam revogadas.

Por essas razões, o Ministério Público do Paraná manifesta-se pela substituição da prisão preventiva do acusado Jeferson Bruno Cordeiro por medida cautelar mais proporcional e adequada à situação fática dos autos, dentre as previstas no artigo 319 do CPP, nos termos do artigo 282, §6º e 316, ambos do CPP.

3. Ademais, requer sejam oficiados os Juízos Criminais e de Execução de Pena perante os quais o réu responde à ações penais ou cumpre prévias condenações, conforme Oráculo de mov. 22.5-AP, comunicando-os da prisão e denúncia oferecida em desfavor do acusado, para que tomem as medidas legais que entenderem cabíveis.

Curitiba, 06 de março de 2020

Nesse mesmo sentido, cito precedentes desta Corte:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FURTO QUALIFICADO. RECEPÇÃO QUALIFICADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. POSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a cautelar pessoal está justificada no fato de o paciente ser membro de organização criminosa especializada na prática de furto de combustíveis e receptação qualificada. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas.

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

4. As particularidades do caso demonstram a suficiência, adequação e proporcionalidade da imposição das medidas menos severas previstas no art. 319, em atenção ao preceito de progressividade das cautelas disposto no art. 282, §§ 4º e 6º, todos do Código de Processo Penal, em razão de a atuação do paciente na empreitada ser de menor relevância - motorista dos caminhões-tanque -, aliado ao fato de o delito não ter sido cometido mediante emprego de violência ou grave ameaça, bem como pelos preditos favoráveis do agente.

5. Na mesma linha a manifestação da Procuradoria Geral da República, para quem "é perfeitamente aplicável ao caso uma ou mais medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal diversas da prisão, mas suficientes e adequadas para obter o mesmo resultado - a proteção do bem jurídico sob ameaça - de forma menos gravosa".

6. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas a serem fixadas pelo Juízo singular, acolhido o parecer ministerial.

(HC 526.714/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FURTO

QUALIFICADO E RECEPÇÃO. CUSTÓDIA PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. RECURSO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A seu turno, a custódia preventiva somente se sustenta quando, presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

3. Embora o decisum mencione a gravidade concreta da conduta perpetrada, diante dos indícios de estarem os investigados associados para a prática de delitos de mesma natureza - subtração de combustível de oleodutos -, a revelar a necessidade de algum acautelamento da ordem pública, entendendo que não se mostram tais razões bastantes, em juízo de proporcionalidade, para embasar a cautela pessoal mais extremada, sobretudo porque o crime não foi perpetrado com violência ou grave ameaça.

4. Recurso provido para substituir a custódia provisória do réu por medidas cautelares alternativas, sem prejuízo de fixação de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão cautelar se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade.

(RHC 106.949/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 12/03/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. APREENSÃO DE 12,40g DE MACONHA. DESPROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RECURSO PROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. No caso, o recorrente foi preso cautelarmente com 12,40g de maconha e R\$ 10,00, fato que não apresenta excepcionalidade que justifique a aplicação da medida extrema. Ainda, embora esteja sendo processado por crime da mesma espécie, dado indicativo de aparente risco de reiteração, somente isso não é suficiente para justificar a prisão, que já se prolonga por quase 6 meses, mostrando-se também desproporcional em relação ao fato imputado. Precedentes.

3. Recurso ordinário em habeas corpus provido. (RHC 101.509/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 16/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 33 do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem** de ofício para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de outras medidas cautelares mais brandas, como as previstas no art. 319 do CPP, a serem fixadas pelo Juízo de primeiro grau.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator